

ANC X

ANC

Procuradores garantem que Pertence fica

A polêmica em torno da permanência no cargo do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, após a promulgação da Constituição, foi reaberta ontem. Dois ex-presidentes da Associação Nacional de Procuradores, Alvaro Augusto Ribeiro Costa e Miguel Frauzino Pereira, encaminharam um documento à Associação defendendo a manutenção de Pertence até que fiquem prontas as duas leis complementares, que criam a figura do advogado-geral da União e reorganizam o Ministério Público Federal.

Para os dois procuradores, não se justifica a discussão sobre a permanência de Pertence, uma vez que o artigo 29 das Disposições Transitórias determina que o procurador continue exercendo as funções de procurador da União e de chefe do Ministério Público até que as leis complementares sejam aprovadas. Os procuradores acham que não há margem jurídica para que se sustente a incompatibilidade entre a nova Constituição e a permanência de Pertence.

A posição tomada pelos

procuradores vai de encontro à de um grupo de procuradores ligados ao ex-procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, que quer a saída imediata de Pertence após a promulgação da Carta.

Para o procurador Alvaro Augusto, o novo procurador-geral deve ser escolhido de acordo com as novas regras fixadas pela Lei que organizará o Ministério Público. Pela futura Carta, caberá a Pertence encaminhar o projeto ao Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, o Congresso terá que aprovar a Lei Orgânica de Advocacia, pela qual o advogado da União é que vai apresentar e defender processos de interesse da União. Após o dia cinco, o presidente da República terá 120 dias para o projeto ao Congresso.

O presidente da Associação Nacional de Procuradores, Roberto Monteiro Gurgel Santos, não quer se posicionar diante da polêmica. Ele espera que a categoria discuta o assunto durante o V Encontro de Procuradores, que se realizará dia 21 de dezembro, em São Luís, no Maranhão.

Carta leva juizes ao Supremo

Os presidentes de Tribunais de Justiça de todo o País reúnem-se hoje com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Néri da Silveira, a partir das 17h30. Eles vão levar ao ministro suas preocupações com relação às distorções de interpretação do novo texto constitucional.

O encontro dos 23 presidentes de tribunais em Brasília é iniciativa do desembargador Nereu César de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele encaminhou telex a todos os tribunais pedindo a presença de seus presidentes para discussão dos dispositivos da nova Constituição, sobre os quais terão que se debruçar a partir da promulgação da Carta.

O Supremo Tribunal Federal ainda não recebeu nenhum pedido de audiência, mas assessores do STF informam que em casos de dúvidas e problemas dos tribunais dos Estados, é co-

mum os presidentes procurarem o Supremo, órgão máximo de deliberação dentro do Poder Judiciário. Estes assessores acham normal que os desembargadores preocupem-se com a interpretação do novo texto, uma vez que a Justiça terá papel importante no cumprimento dos dispositivos constitucionais.

Os desembargadores serão recebidos pelo ministro Néri da Silveira, porque o presidente do STF, Rafael Mayer, está na Argentina, participando de um congresso jurídico.

O Poder Judiciário já manifestou dúvidas — "distorções de interpretações", conforme definiu Nereu César Ramos — quanto à superlotação dos protocolos dos Tribunais Superiores com mandados de injunção. O dispositivo, que é uma novidade da nova Carta, pretende garantir a aplicação imediata de direitos incluídos na futura Constituição.

JULIO ALCANTARA



Até o comunista Fernando Santana fez pose para registrar o momento em que autografou a Constituição

Constituição pára Governo no dia cinco

Atendendo pedido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney vai assinar decreto estabelecendo ponto facultativo para os funcionários, em Brasília, no próximo dia cinco, data da promulgação da nova Constituição. Nas demais unidades da Federação, a decretação de ponto facultativo ficará a critério dos respectivos governadores.

A informação foi transmitida, ontem, pelo porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos. Ele explicou que o Presidente optou pela decretação do ponto facultativo em Brasília — que poderá ser seguido pelo comércio e a indústria — porque feriado nacional somente poderia ocorrer mediante aprovação de uma Lei de autoria do Executivo ou do Legislativo.

O presidente Sarney foi aconselhado a optar pelo ponto facultativo — que exige apenas a edição de um decreto — em face do baixo quorum registrado nos últimos dias no Congresso Nacional, quando a maioria dos parlamentares deslocou-se para suas bases.

Clima de festa até para assinar

"O maior avanço registrado pela Constituição foi no capítulo dos direitos sociais e a maior frustração se deveu à derrota do parlamentarismo como sistema de governo", afirmou o senador Luis Vianna Filho (PMDB/BA), ao lado de seu filho, Luis Vianna Neto, também constituinte, ao assinarem, ontem à tarde, os cinco originais da Carta no Salão Negro do Congresso Nacional. O senador baiano é representante da ala veterana, uma vez que participou também da Constituinte de 1946.

Ao todo, 124 senadores e deputados assinaram a Carta nessa terça-feira cheia de animação, com o Salão Negro repleto de jornalistas, familiares dos constituintes e curiosos em geral. A bancada da Bahia fez questão de posar, unida, para as fotos de álbum de família, em plena confraternização. A Mesa providenciou cadeiras, água e cafézinho para contribuir com o clima de festa. Fernando Santana, do PCB, posou com os braços abertos e elogiou também os avanços sociais da Carta.

Até o momento, 306 cons-

tituinte já autografaram os originais da Carta, faltando, portanto, menos da metade dos participantes, ou seja, exatos 282. Segundo Paulo Afonso, secretário-geral da Mesa da Constituinte, "quem não assinar até domingo perderá a vez e não terá seu nome impresso nos exemplares da Constituição de 1988, como integrantes desta etapa histórica da política nacional".

Além dos 559 deputados e senadores titulares no momento do término dos trabalhos, a Constituição terá a assinatura de 29 participantes especiais, desde suplentes que trabalharam em parte do período a ministros de Estado e secretários de governos estaduais, originalmente constituintes. Dois ministros já firmaram a Carta, Borges da Silveira, da Saúde, e Prisco Viana, da Habitação e Bem-Estar Social.

Segundo o senador Jutahy Magalhães, outro representante de família veterana — seu pai, Juracy, foi constituinte de 46 e seu filho militou a seu lado em 88 — a Constituição trouxe

alegrias com os avanços sociais e tristezas com a reforma agrária, que retrocedeu em relação ao Estatuto da Terra, e a aprovação dos cinco anos de Sarney e do presidencialismo.

"Ao derrotarmos o parlamentarismo, ficou perdida uma oportunidade rara de entrarmos numa fase áurea da vida política do País, quando muitos problemas teriam solução bem mais fácil. Paciência, foi a vontade da maioria, mas a bancada parlamentarista vai continuar a luta", disse o senador baiano, campeão de assiduidade, com presença nas 915 votações e em todas as verificações de quorum da Constituinte.

"Apenas cumpri com meu dever em relação àqueles que votaram e acreditaram em mim", afirmou com modéstia Jutahy, prometendo começar a luta pela elaboração das legislações complementares e ordinárias a partir do dia seis de outubro, para que estejam delineadas as principais leis antes do recesso do dia 15 de dezembro.

Secretários escanteiam suplentes

ADILSON TRINDADE
Correspondente

Campo Grande — Os deputados federais Valter Pereira e Ruben Figueiró foram exonerados das Secretarias de Educação, e Agricultura e Pecuária, respectivamente, pelo governador Marcelo Miranda, para assinar a nova Constituição do País como autores. Na condição de secretários de Estado, ambos teriam que assinar na melhor das hipóteses como simples colaboradores.

Diante disso, os suplentes Rosário Congro Neto e Fadá Scaff Gattass voltarão para casa, aguardando a próxima oportunidade de retomarem as vagas de Valter e Figueiró. Mas eles — como um consolo — assi-



Figueiró

narão a nova Constituição como colaboradores, principalmente Rosário, que participou das últimas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

Valter e Figueiró ficaram menos de um mês nas secretarias a convite do governador Marcelo Miranda. O próprio governador reconheceu que eles não poderiam deixar de assinar a nova Carta e participar de sua promulgação, já que incorporaram o trabalho desde a instalação da Constituinte.

Os dois parlamentares peemedebistas voltaram ontem para Brasília e hoje assinam a nova Constituição do País. O governador Marcelo Miranda não deverá nomear ninguém em seus lugares, já que Valter e Figueiró deverão ser reintegrados no comando da Educação e Agricultura e Pecuária após a promulgação da nova Carta constitucional, dia 6 ou 7 de outubro.